



PREFÁCIO 13.^a EDIÇÃO

Temos a honra de entregar ao público leitor esta 13.^a edição dos *Princípios do processo na Constituição Federal*, que se tornou possível em virtude da gentil acolhida que o livro tem recebido da comunidade jurídica. Estão incorporadas no texto as numerosas críticas e sugestões que são dirigidas ao livro, no intuito de aperfeiçoá-lo e corrigir os inevitáveis equívocos.

O Código de Processo Civil de 2015, em vigor desde 2016, bem como a notável evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na aplicação e interpretação da Constituição Federal, são fatores de magna importância e que foram considerados na atualização do texto desta 13.^a edição.

A legislação superveniente à edição anterior foi levada em conta, bem como os novos verbetes da Súmula do STF e do STJ que dizem respeito a preceitos constitucionais ou que interferem direta ou indiretamente no tratamento dos temas objeto do trabalho.

Esperamos que esta 13.^a edição dos *Princípios* possa continuar a dar ao leitor elementos jurídicos que sejam importantes na formação de seu entendimento a respeito do processo constitucional, despertando o espírito crítico imprescindível para o aprimoramento do Direito em nosso País.

NELSON NERY JUNIOR







SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	27
INTRODUÇÃO – NORMA, PRINCÍPIO, REGRA, GARANTIA, DIREITO	
I. Considerações gerais.....	35
II. Direitos fundamentais.....	35
II.1 Direitos fundamentais na obra de Robert Alexy.....	35
III. Norma.....	36
III.1 Teoria estruturante de Müller.....	36
III.2 Distinção entre texto e norma.....	37
IV. Princípios.....	39
IV.1 Princípios na obra de Robert Alexy.....	39
IV.2 Princípios na obra de Ronald Dworkin.....	40
IV.3 Distinção entre princípios e regras na obra de Ronald Dworkin.....	41
IV.4 Distinção entre princípios e regras na obra de Luis Virgílio Afonso da Silva....	41
IV.5 Princípios na visão de Lenio Luiz Streck.....	42
IV.6 Princípios e regras na obra de Canotilho.....	43
IV.7 Princípios na obra de Josef Esser.....	45
V. Nota conclusiva.....	48
CAPÍTULO I – PROCESSO E CONSTITUIÇÃO	
1. Direito constitucional como base fundamental.....	52
2. Direito constitucional processual e direito processual constitucional.....	55
3. O papel do Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional.....	59
4. Estado democrático de direito. Relativização (<i>desconsideração</i>) da coisa julgada....	67
4.1 Coisa julgada material. Conceito.....	68
4.2 Coisa julgada. Imutabilidade e indiscutibilidade da sentença.....	69
4.3 Presunção <i>iuris et de iure</i> de correção e justiça.....	70
4.4 Decisão de mérito.....	71
4.5 Coisa julgada material, ação e processo.....	72
4.6 Coisa julgada material e pressupostos processuais de existência.....	72
4.7 Coisa julgada material e pressupostos processuais de validade.....	73
4.8 Coisa julgada e litisconsórcio necessário-unitário não íntegro.....	73
4.9 Coisa julgada material e condições da ação.....	74
4.10 Coisa julgada material e falta de condição da ação.....	76
4.11 Coisa julgada. Finalidade central do processo.....	77
4.12 Coisa julgada. Efeitos.....	77
4.13 Coisa julgada. Efeito substitutivo.....	78



4.14	Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz	79
4.15	Coisa julgada material. Requisitos.....	79
4.16	Coisa julgada material. Limites	80
4.17	Coisa julgada formal	81
4.18	Repropositura da ação	82
4.19	Eficácia da sentença.....	82
4.20	Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada	83
4.21	Ações idênticas pendentes. Coisa julgada superveniente	83
4.22	Conflito entre duas coisas julgadas.....	84
4.23	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	86
4.24	Momento de formação da coisa julgada.....	87
4.25	Relativização (<i>desconsideração</i>) da coisa julgada	88
4.26	Coisa julgada material e Estado Democrático de Direito	89
4.27	Validade e eficácia da sentença. Independência da sua justiça	91
4.28	Controle da constitucionalidade da sentença. Coisa julgada inconstitucional...	92
4.29	Desconsideração da coisa julgada e Estado Democrático de Direito	93
4.30	Relativização da coisa julgada e nazismo	93
4.31	Segurança jurídica e coisa julgada	94
4.32	Segurança jurídica, coisa julgada e justiça da sentença.....	95
4.33	Abrandamento legal (autorizado) da coisa julgada. Ação rescisória, revisão criminal e coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	95
4.34	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Ação rescisória. Exigência de previsão legal expressa e prévia	96
4.35	Ação rescisória. Violar manifestamente norma jurídica (CPC/1973 485 V)	97
4.36	Embargos do devedor na execução contra a Fazenda Pública (CPC/1973 741); impugnação ao cumprimento da sentença proferida contra a Fazenda Pública (CPC 535)	97
4.37	Impugnação ao cumprimento da sentença (CPC 525; CPC/1973 475-L).....	99
4.38	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Revisão criminal. Exigência de previsão legal expressa e prévia.....	99
4.39	Coisa julgada e investigação de paternidade julgada improcedente.....	100
4.40	Investigação de paternidade, prova e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	101
4.41	A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	102
4.42	Coisa julgada e desapropriação. Ação rescisória	102
4.43	Desapropriação. Condenação em dinheiro.....	103
4.44	Coisa julgada e desapropriação. Justiça da sentença.....	104
4.45	Coisa julgada e processo fraudulento	104
4.46	Desapropriação e conluio	105
4.47	Intangibilidade da coisa julgada. Pressuposto processual negativo (CPC 485 V; CPC/1973 267 V)	105
4.48	Responsabilidade da doutrina	105
4.49	Coisa julgada e processo constitucional	106
4.50	Conclusão: a) estado do problema <i>de lege lata</i> e b) sugestão <i>de lege ferenda</i>	106



CAPÍTULO II – O DEVIDO PROCESSO LEGAL

5. O princípio do <i>due process of law</i> como postulado constitucional fundamental do processo civil.....	109
6. Devido processo legal em sentido genérico	112
7. Devido processo legal em sentido material (<i>substantive due process</i>).....	114
8. Devido processo legal em sentido processual (<i>procedural due process</i>).....	116
8.1 O direito ao <i>devido processo</i>	118
8.2 Improcedência liminar de ações repetitivas (CPC 332; CPC/1973 285-A).....	123
8.3 Súmula impeditiva de recurso? (CPC/1973 518 § 1.º).....	125
8.4 Devido processo legal e representação interventiva.....	129

CAPÍTULO III – OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS DERIVADOS DO *DUE PROCESS*
NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

9. Generalidades	131
<i>Seção I</i> – Princípio da isonomia.....	132
10. Conteúdo jurídico do princípio da isonomia.....	132
11. Benefício de prazo (CPC 180, 183 e 186; CPC/1973 188).....	133
11.1 Aplicabilidade do CPC 180, 183 e 186 (CPC/1973 188)	140
11.1.1 Ministério Público – <i>Custos legis</i>	140
11.1.2 Significado do vocábulo <i>contestar</i>	141
11.1.3 Procedimento sumário.....	142
11.1.4 A expressão <i>Fazenda Pública</i>	143
11.1.5 Defensoria Pública e gratuidade da justiça	145
12. Benefício de prazo (CPC 229 e CPC/1973 191). Litisconsortes com procuradores diferentes	146
13. Honorários advocatícios e despesas processuais	147
13.1 Honorários em mandado de segurança.....	151
13.2 Adiantamento de despesas processuais	155
14. Remessa obrigatória em favor da Fazenda Pública (CPC/1973 475 e CPC 496).....	156
15. Suspensão da execução de liminar ou de sentença dada contra o poder público (LMS 15).....	157
<i>Seção II</i> – Princípio do juiz e do promotor natural	166
16. Conteúdo e significado do princípio	166
16.1 Independência e imparcialidade.....	173
16.2 Imparcialidade no processo administrativo.....	186
17. O juízo arbitral e o princípio do juiz natural.....	191
18. O promotor natural.....	207
<i>Seção III</i> – Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (princípio do direito de ação).....	212
19. Conteúdo do princípio e acesso à justiça.....	212
19.1 Prazo para impetração do mandado de segurança	222
19.2 Prova pré-constituída e <i>habeas data</i>	226





24	PRINCÍPIOS DO PROCESSO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
20.	Integração das lacunas pelo juiz e justiça alternativa	227
21.	Tutela jurisdicional dos direitos transindividuais	234
21.1	Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	235
21.2	Ação civil pública	237
21.3	Mandado de segurança coletivo	240
22.	Competência de órgão colegiado e decisão de magistrado singular	241
23.	Jurisdição e a remissão pelo Ministério Público no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	245
	Seção IV – Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	246
24.	Definição e alcance do princípio.....	246
24.1	Processo administrativo	253
24.2	Processo secreto	262
24.3	Decisão surpresa	265
24.4	Processo judicial e contraditório	274
25.	Citação e comunicação dos atos processuais	278
26.	Liminar <i>inaudita altera pars</i>	281
27.	Igualdade de armas (<i>Waffengleichheit</i>).....	284
28.	O curador especial (CPC/1973 9.º II; CPC 72 II).....	285
29.	Prova emprestada e contraditório.....	286
30.	Ampla defesa	288
30.1	Assistência jurídica integral e gratuita	290
30.2	Defesa técnica e autodefesa	291
30.3	Ampla defesa e recurso administrativo	297
30.4	Ampla defesa e proibição de autoincriminação	299
30.5	Interrogatório por videoconferência (CPP 185 §§ 1.º a 9.º).....	301
	Seção V – Princípio da proibição da prova ilícita	306
31.	Conteúdo e alcance do princípio	306
32.	Prova ilícita e o direito alemão.....	308
33.	Inadmissibilidade da prova obtida ilicitamente no direito brasileiro	311
33.1	Prova derivada da ilícita (<i>fruit of the poisonous tree</i>)	316
33.2	Prova ilícita e suspeição do juiz	321
33.3	A colaboração premiada e ação controlada (L 12850/2013)	322
34.	A autorização judicial para a interceptação telefônica: a L 9296, de 24.7.1996.....	323
	Seção VI – Princípio da publicidade dos atos processuais.....	326
35.	Conteúdo e alcance do princípio	326
	Seção VII – Princípio do duplo grau de jurisdição	327
36.	Conteúdo e alcance do princípio	327
	Seção VIII – Princípio da motivação das decisões judiciais e administrativas	332
37.	Conteúdo e alcance do princípio	332





38. Sentença de extinção do processo sem resolução do mérito e sentença meramente homologatória.....	335
39. Motivação do ato e da decisão administrativa.....	335
40. Sanção pela não observância do princípio	341
40.1 Invalidez da decisão administrativa não fundamentada	342
<i>Seção IX – Princípio da presunção de não culpabilidade</i>	<i>344</i>
41. Conteúdo e alcance do princípio	345
42. Prisão vs. liberdade.....	349
42.1 Execução provisória da sentença penal condenatória.....	355
42.2 Prisão civil do devedor de pensão alimentícia	365
<i>Seção X – Princípio da celeridade e da duração razoável do processo</i>	<i>367</i>
43. Conteúdo e alcance do princípio	367
44. Efetividade da celeridade e razoável duração do processo	375
45. Indenização dos danos pela duração exagerada do processo	376
BIBLIOGRAFIA	379
ÍNDICE DA JURISPRUDÊNCIA CITADA	425
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO CITADA	431
ÍNDICE ONOMÁSTICO	449
ÍNDICE ALFABÉTICO	463

